

ASSEMBLEIA 25/09/2014

MESA: BENEDITO, GUILHERMINA, DULCE e IRENE.

Benedito iniciou a Assembléia explicando que as fichas antigas em papel não podem mais ser usadas para o cadastramento no DAP, pois não temos pessoal para colocar os dados na internet. As adesões ao DAP devem ser feitas diretamente pelas pessoas no site.

Passou então a dar os informes sobre a conversa que teve – hoje - com o pessoal do escritório de advocacia sobre a GDIBGE 2009:

- as alegações finais da AGU foram dadas em 4 linhas, as do escritório em 16 linhas. A Juíza Fabíola base no despacho que não cabiam os argumentos dados pela AGU e mandou novamente que se cumprisse a discussão efetuando a incorporação dos 40 pontos da GDIBGE. A visão mais realista dos advogados do escritório é que provavelmente a AGU irá pressionar na 2ª instância com a ação rescisória o seu julgamento, alegando que não tem mais como segurar na 1ª instância a excussão. O pessoal do DAP acredita que estamos perto de ser incorporado no contra-cheque esses valores, vamos aguardar.

Um colega perguntou como fica a situação dos colegas que aderiram depois da 1ª lista? Benedito explicou que todos os novos contratos, termos aditivos e cartas compromissos, foram entregues aos advogados e no DAP e que não existe mais nenhum documento no DAP. Quem tiver dúvida se entregou ou não, ou se assinou ou não, deve fazer um contrato de 30% baixando diretamente do site e entregando no DAP, que será encaminhado. A 1ª lista está sendo executada com 2766 colegas e os demais serão incluídos na decisão, o DAP tem legítima autorização para representar a classe. Vão ser executados mais ou menos 3300 nomes com a documentação completa ou incompleta. Ainda faltam mais ou menos 1000 colegas entregar.

Benedito passou dar os informes sobre a GDIBGE 2006 / 2008. O contrato coletivo foi feito com a ANACONT, não ganhamos e a solução é apelar para o STF em Brasília, Benedito explicou que a estratégia da ANACONT é de paridade e do escritório Ouricuri na GDIBGE 2009 é genérica, (80 pontos é de gratificação e 20 pontos é individual, dos 20 estamos lutando pela metade e assim o total é 90 pontos); está solicitando que a ANACONT vá para o STF em Brasília com essa ação.

Explicou também que alguns colegas, que entraram nessa ação individualmente junto com a ANACONT ganharam, estão recebendo telefonemas de duas advogadas, que trabalharam na ANACONT, para irem juntos com elas ao banco e pegam a sua parte em dinheiro e o montante devido pelos serviços da ANACONT elas recebem. A ANACONT solicitou que o DAP informasse aos associados que não deveriam receber com essas advogadas e que entrassem em contato com o escritório para darem encaminhamento ao recebimento.

Dando prosseguimento acrescentou que a ANACONT, com relação a essa ação – 2006/2008, propôs fazer ações individuais e aproximadamente 300 processos estão com vitória. Desses alguns já foram para Brasília e a 1ª turma do Juizado Especial está dando como ganho para o aposentado, Ao chegar ao IBGE eles alegam que não tem recursos humanos para fazer os cálculos. O Juiz então está dando o valor aproximado de R\$ 5.000,00 de danos morais e a ANACONT está fazendo o calculo. Em seguida esse cálculo é repassado para a Justiça que encaminha para RPV ou precatório (se o valor ultrapassar a 60 salários).

Em seguida passou a esclarecer a assembléia sobre a ação do Artigo 193 (opção de função) que o escritório do Ouricuri ajuizou. Explicou que a juíza indeferiu a liminar – que pedia o cancelamento da retirada dos valores do contra-cheque - mas como ela deixou uma brecha, os advogados estão aproveitando e entrando com o recurso, e eles acham mais ou menos em 15 dias teremos ganho da liminar. Aproximadamente 70 colegas entraram na ação e o contrato para essa ação continua na internet e deve ser preenchido e entregue no DAP.

Quanto a GDIBGE na ação rescisória – na 2ª instância – os advogados estão conversando com o promotor e estão com esperança de que ele seja a nosso favor. Os advogados acham que essa ação na 2ª instância possa ser usada pela AGU para que a execução da ação da 1ª instância não seja feita imediatamente como os juizes da 24ª vara determinaram.

Benedito leu o despacho que os advogados fizeram com o intuito de reforçar a execução imediata da integração dos 40 pontos da GDIBGE para os 2766 colegas.

Falou também sobre a integração do grupo de aposentados nas próximas eleições, colocou a importância de nos fazermos mais visíveis politicamente, sendo mais reconhecidos como eleitores que também votam. Hoje aproximadamente 25% a 30% dos eleitores são aposentados.

Quanto a GDACT explicou que entramos em 99 em uma ação da ASSIBGE através do escritório do IBGE e o processo perdeu ao objeto, os atrasados já foram julgados e ganhos e agora está no gabinete da vice-presidência do TRF em Brasília para ser liberados. Está para decisão é para todos os aposentados até 2000 e quem parte da lista.

Em seguida, Benedito terminou a assembléia acrescentando que solicitou a Associação que enviasse alguém para explicar melhor o que está ocorrendo no IBGE em vista dos últimos acontecimentos, porém até aquele momento não veio ninguém, e se chegasse iria interromper as atividades recreativas para que a pessoa pudesse falar.